



JOÃO SAÁGUA
Analista de Research no Banco
de Investimento Global

Theresa May e “Brexit”, o duplo “case study” político do século XXI até à data

Após ter perdido o referendo que convocou como instrumento eleitoral e para o qual realizou uma campanha inequivocamente favorável à permanência, David Cameron demitiu-se, abandonando a liderança do Governo britânico e do Partido Conservador. Curiosamente, nenhum dos “Tories” que se posicionavam (e posicionam) como acérrimos defensores do “Brexit” teve vontade, coragem e/ou apoio partidário suficiente para assumir o cargo de primeiro-ministro. Com efeito, perante uma silenciosa e curta crise de liderança, uma figura política, na altura, com uma posição tão sólida quanto internacionalmente discreta deixou o cargo que ocupava há mais de seis anos, como ministra da Administração Interna, para, em julho de 2016, encabeçar o executivo com a mais difícil e inglória missão dos últimos 100 anos, em períodos de paz. Não obstante uma predominância de votos eurocéticos durante a sua carreira política (em conformidade com a tradicional maioria na história recente do Partido Conservador), no referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia, Theresa May, em ação coesa com a posição do seu Governo, votou “Remain”. O mandato de Theresa May como primeira-ministra está marcado, desde o seu início, por movimentos e estratégias políticas verdadeiramente erráticas. As desventuras mais expressivas começaram com a perda de maioria parlamentar do governo que herdara, como resultado de eleições antecipadas que visavam fortalecer a sua posição. Seguiu-se um penoso período, superior a 19 meses, para alcançar um acordo com a União Europeia que viabilizasse um “Soft Brexit”. Compreendendo que este acordo rapidamente se tornara um nado-morto, May iniciou uma estratégia “run down the clock”, cuja consequência foi o seu Governo ser o primeiro da história britânica a cair em descrédito parlamentar (“contempt of parliament”). Enquanto sobrevivia a duas moções de censura em apenas dois meses – uma, partidária, à sua liderança e parlamentar, ao seu Governo – o “Brexit deal” foi chumbado nos três “Meaningful Votes” realizados na Casa dos Comuns, por 230 (maior derrota parlamentar da história do Reino Unido), 149 e 58 votos, respetivamente. Finalmente, formalizou

à UE um pedido de extensão do prazo para “Brexit” (inicialmente agendado para 29 de março) e o mesmo foi-lhe negado, sendo-lhe concedida uma primeira extensão apenas até 12 de abril, com o Reino Unido a ter de sair no dia 22, independentemente de ser através de “Soft” ou “Hard Brexit”, ou a ser forçado a participar nas eleições europeias, como condição necessária para uma extensão mais longa, que requer também que o Governo de May clarifique a estratégia alternativa que pretende seguir para resolver o impasse. Não sendo expectável que a cimeira europeia extraordinária de dia 10 de abril resulte numa alteração de posição por parte da União Europeia, nem que o Parlamento britânico favoreça maioritariamente uma alternativa ao “Brexit deal” de May (que seja igualmente aceitável para a UE) antes das eleições europeias e descartando também um “Hard Brexit”, antecipamos que o Reino Unido acabe por aceitar uma extensão longa do prazo para se consumir o “Brexit” e participe nas eleições europeias. As eleições europeias emergem assim como um elemento decisivo em todo o processo “Brexit”. Este sufrágio, que decorrerá entre 23 e 26 de maio, força o surgimento de um grau mínimo de certeza e, simultaneamente, a respetiva taxa de participação registada no Reino Unido – tradicionalmente inferior à média da UE (52,1%) – servirá como barómetro de sentimento em relação à União Europeia. Após um período de aproximadamente três anos em que o “Brexit” foi um tema dominante nas esferas políticas, económica e social do Reino Unido, a consciencialização dos cidadãos britânicos em relação à UE deverá ter aumentado substancialmente. Com efeito, esperamos assistir a um significativo incremento na taxa de participação, cuja média histórica corresponde a 33,8%, com os resultados da votação – para a qual perspetivamos que os candidatos assumam posições claras a favor ou contra a UE – a representar uma relativa aproximação aos resultados de um eventual segundo referendo. Num cenário de extensão longa, antecipamos que Theresa May permaneça na liderança do Governo (o Partido Conservador não pode lançar mais nenhuma moção de censura até dezembro de 2019 e deverá igualmente votar contra qualquer tentativa de

eleições antecipadas), com uma figura política deveras enfraquecida por múltiplas derrotas, pelas demissões cumulativas de 41 membros do seu executivo (31 dos quais por razões relacionadas com a política de May para o “Brexit”) e por um Partido Conservador indubitavelmente fragmentado. Esta parece ser uma conjuntura ideal para os membros do Parlamento pró-União Europeia intensificarem os esforços para a convocação de um “People’s Vote”, um segundo referendo à permanência do Reino Unido na UE. Com inquestionável reflexo no caos político vivido no Reino Unido, o “Brexit” revela-se cada vez menos apelativo para várias forças partidárias e todos os agentes económicos, parecendo existir uma crescente vontade de abandono do mesmo. Adicionalmente, trata-se de um evento que reverte quase 50 anos de integração, uma mudança absolutamente estrutural e potencialmente catastrófica a todos os níveis, acerca da qual os membros do Parlamento não conseguem chegar a consenso. Perante esta conjuntura, acreditamos que a falta de coragem dos defensores do “Brexit” e vontade de permanência daqueles que são contra a sua consumação deverá conduzir os membros do Parlamento à devolução da responsabilidade à população, que cada vez mais se manifesta a favor de um segundo referendo. A população, agora muito melhor informada, desgastada por três anos de incerteza fortemente prejudiciais para a economia e com uma base eleitoral rejuvenescida, deverá votar a favor da permanência. Para além da vantagem ainda tangencial que as recentes sondagens revelam a favor da permanência e dos questionários de arrependimento em relação ao

resultado do primeiro referendo estarem perto de níveis máximos, acreditamos que os padrões de pesquisas, realizadas por utilizadores do Reino Unido, no Google poderão igualmente constituir um indicador sobre a crescente preocupação com o tema e a vontade cada vez maior de um determinado desfecho. Neste espaço, ainda que as pesquisas por “Leave the EU” estejam em máximos desde a ativação do Artigo 50, já foram ultrapassadas pelo interesse nos termos “People’s Vote” e “Second Referendum”. Ainda que com menor volume de pesquisa, as expressões “Stop Brexit” e “Remain in the EU” registam um crescimento estratosférico desde março. Numa perspetiva de segmentação geográfica de pesquisas dentro do Reino Unido, Inglaterra e País de Gales – que votaram maioritariamente a favor da saída – lideram algumas das pesquisas pela realização de um segundo referendo. Assim sendo, Theresa May poderá acabar por – ao contrário do que sempre tem pública e politicamente defendido desde que é primeira-ministra – entregar o resultado no qual votou aquando do primeiro referendo (permanência), ficando historicamente conhecida como uma das figuras políticas que mais derrotas e humilhações políticas sofreu, tendo conseguido, precisamente devido a essa realidade, salvar o Reino Unido do colapso – um fenómeno que potencialmente assinalaria igualmente o início da fase mais decadente do mundo ocidental desenvolvido. Terá sido uma estratégia premeditada? Não só o “Brexit” consiste num evento digno de figurar em todos os livros de história a nível mundial como Theresa May representa um dos mais profundos e intrigantes “case studies” políticos.

